Repom S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e
Exercício Findos em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

REPOM S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Comentário de Desempenho das Demonstrações Financeiras da Repom S.A. ("Companhia" ou "Repom") referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

A Repom faz parte do Grupo Edenred, que, há mais de 50 anos, conecta empregados, empresas e comerciantes em uma rede positiva de confiança em que todos ganham. Por isso, o Grupo Edenred é líder mundial em soluções transacionais que oferecem maior poder de compra para os colaboradores, gerenciamento de despesas otimizados para as companhias e negócios adicionais para comércios e postos credenciados.

Os resultados de 2021 refletem a dinâmica positiva dos nossos negócios de gestão de frete e de pedágio, onde mantivemos o crescimento em volumes transacionados comparado com 2020 e 2019 (período pré-pandemia). Diversificamos o segmento de clientes em que atuamos com destaque para a indústria, além do agronegócio e transportadoras.

O crescimento da receita operacional é oriundo dessa boa dinâmica de negócios e do crescimento do nosso número de clientes. Aumentamos também a penetração de serviços através de uma relação mais digital. A receita de intermediação financeira da Companhia aumentou 226% em relação ao semestre do ano anterior e 97% no ano consequentemente ao aumento da Taxa Selic.

A Companhia reduziu o nível de custos e despesas operacionais comparado ao ano anterior, através de uma política mais rígida de controle de gastos e eficiência operacional. Continuamos focando na digitalização dos processos, buscando soluções escaláveis, robustas e com maior valor agregado ao cliente.

Em 30 de abril de 2019, a Repom recebeu autorização do BACEN para atuar como instituição de pagamentos na modalidade de emissora de moeda eletrônica. A Administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de converter os saldos de moeda eletrônica mantidos em conta de pagamento em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

AGRADECIMENTOS

A Repom S.A., agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Repom S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Repom S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Repom S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

2022SP012295

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

REPOM S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e DE 2020
(Valores em R$ mil)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE			
Disponibilidades	4	6.283	2.719
Instrumentos financeiros		94.660	160.437
Aplicações interfinaceiras de liquidez	4	94.102	145.460
Títulos e valores mobiliários	5	558	8.739
Derivativos	5	-	6.238
Rendas a receber	6	134.534	123.294
Provisões para outros créditos de liquidação duvidosa	7	(8.102)	(5.386)
Impostos a compensar		7.498	5.540
Despesas antecipadas		2.889	1.891
Outras contas a receber	17	63.550	7.491
Total do ativo circulante		**301.312**	**295.986**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Instrumentos financeiros		17.479	31.702
Títulos e valores mobiliários	5	17.479	31.702
Créditos tributários	8	16.500	21.919
Depósitos judiciais		1.184	79
Imobilizado de uso	9	11.735	10.978
(Depreciações acumuladas)	9	(8.331)	(6.898)
Intangível	10	91.451	71.516
(Amortizações acumuladas)	10	(32.979)	(29.258)
Total do ativo não circulante		**97.039**	**100.038**
TOTAL DO ATIVO		**398.351**	**396.024**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE			
Depósitos	11	67.144	110.813
Transações de pagamento a liquidar	12	126.248	125.089
Outras obrigações:		115.065	67.165
Fornecedores	13	3.804	7.188
Contas a pagar a estabelecimentos	13	73.820	17.089
Obrigações por serviços de instituições de arranjo	13	5.112	6.758
Obrigações trabalhistas	13	4.456	5.639
Sociais e estatutárias	13	13.392	18.970
Obrigações fiscais correntes	13	2.156	2.525
Outras contas a pagar	13	12.325	8.996
Total do passivo circulante		**308.457**	**303.067**
NÃO CIRCULANTE			
Provisões para ações judiciais	14	2.648	2.301
Impostos e contribuições diferidos	8	5.745	9.725
Provisão para benefícios aos funcionários	15	1.041	-
Derivativos	5	1.281	-
Total do passivo não circulante		**10.715**	**12.026**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16.a	27.897	27.897
Reservas de capital	16.d	48.261	48.261
Reservas de lucros		3.699	3.315
Outros resultados abrangentes	16.e	(678)	1.458
Total do patrimônio líquido		**79.179**	**80.931**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**398.351**	**396.024**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores em R$ mil, exceto lucro líquido por ações)

	Nota explicativa	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
Receitas de prestação de serviços	18	73.803	143.714	127.086
Resultado de intermediação financeira	18	6.538	10.260	7.808
Impostos sobre serviços	18	(7.102)	(13.822)	(9.153)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		**73.239**	**140.152**	**125.741**
Custo dos serviços prestados	19	(14.128)	(23.711)	(17.429)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		**59.111**	**116.441**	**108.312**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas de pessoal	19	(10.422)	(23.203)	(16.835)
Assessoria e representação	19	(1.928)	(8.731)	(11.885)
Depreciação e amortização	19	(4.877)	(9.386)	(10.291)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19	(1.187)	(2.716)	(2.227)
Participações estatutárias no lucro	19	(1.200)	(2.285)	(1.705)
Outras despesas administrativas	19	(2.926)	(6.026)	(14.232)
Outras receitas (despesas) operacionais liquidas	19	(8.785)	(15.174)	(20.910)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**27.786**	**48.920**	**30.227**
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	20	427	2.423	6.902
Despesas financeiras	20	(5.118)	(8.988)	(6.491)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**23.095**	**42.355**	**30.638**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	8	(7.047)	(13.323)	(7.881)
Diferidos	8	(1.355)	(3.012)	(2.789)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		**14.693**	**26.020**	**19.968**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL - R$	21	3,99	7,07	5,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores em R$ mil)

	Nota explicativa	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		14.693	26.020	19.968
Outros resultados abrangentes		**(1.003)**	**(2.136)**	**(345)**
Itens que podem ser reclassificados para o resultado:				
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - "hedge de fluxo de caixa"	16.e	(2.124)	(3.840)	(523)
Impostos e contribuições sobre os ajustes a valor justos de hedge de fluxo de caixa	16.e	723	1.306	178
Ajuste a valor justo de benefícios a empregados	16.e	603	603	-
Impostos e contribuições sobre os ajustes a valor justos de benefícios a empregados	16.e	(205)	(205)	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		**13.690**	**23.884**	**19.623**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
Valores em R$ mil

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reserva de lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reservas de Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**27.897**	**48.261**	**1.357**	**960**	**1.803**	**-**	**80.278**
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - "hedge de fluxo de caixa"	16.e	-	-	-	-	(345)	-	(345)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	19.968	19.968
Dividendos minimos obrigatórios	16.c						(18.970)	(18.970)
Constituição de reservas					998		(998)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**27.897**	**48.261**	**1.357**	**1.958**	**1.458**	**-**	**80.931**
Saldos em 30 de junho de 2021		**27.897**	**48.261**	**1.357**	**1.041**	**325**	**11.327**	**90.208**
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - "hedge de fluxo de caixa"	16.e	-	-	-	-	(1.401)	-	(1.401)
Ajuste a valor justo de benefícios a empregados	16.e	-	-	-	-	398	-	398
Dividendos intermediários distribuídos	16.c	-	-	-	-	-	(11.327)	(11.327)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	14.693	14.693
Constituição de reservas		-	-	1.301	-	-	(1.301)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.c	-	-	-	-	-	(13.392)	(13.392)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**27.897**	**48.261**	**2.658**	**1.041**	**(678)**	**-**	**79.179**
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**27.897**	**48.261**	**1.357**	**1.958**	**1.458**	**-**	**80.931**
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - "hedge de fluxo de caixa"	16.e	-	-	-	-	(2.534)	-	(2.534)
Ajuste ao valor atuarial - Benefícios pós-emprego					(917)	-		(917)
Ajuste a valor justo de benefícios a empregados	16.e	-	-	-	-	398	-	398
Dividendos intermediários distribuídos	16.c	-	-	-	-	-	(11.327)	(11.327)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	26.020	26.020
Constituição de reservas		-	-	1.301	-	-	(1.301)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.c	-	-	-	-	-	(13.392)	(13.392)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**27.897**	**48.261**	**2.658**	**1.041**	**(678)**	**-**	**79.179**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores em R$ mil)

	Nota explicativa	2021 2º Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do semestre/exercício		14.693	26.020	19.968
Ajustes de reconciliação entre o lucro líquido do semestre/exercício:				
Depreciação e amortização	9 e 10	4.877	9.386	10.291
Perda na baixa de ativo intangível	9 e 10	98	98	4.768
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	(1)	347	654
Provisão para benefícios aos funcionários		118	253	
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7	1.187	2.716	2.226
Provisão para participação nos resultados		1.200	2.285	1.705
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.355	3.012	2.789
Total dos ajustes de reconciliação		**23.527**	**44.117**	**42.400**
Decréscimo/acréscimo nos ativos e passivos operacionais:				
Instrumentos financeiros		(4.047)	22.404	46.604
Derivativos		5.138	3.680	(2.682)
Rendas a receber		17.826	(11.240)	(23.538)
Impostos a compensar		3.178	(1.958)	(469)
Despesas antecipadas		(1.304)	(998)	(353)
Outras contas a receber		(49.962)	(56.056)	(1.890)
Depositos judiciais		60	(1.105)	(41)
Depósitos		(33.747)	(43.669)	23.822
Transações de pagamento a liquidar		(31.284)	1.159	11.653
Fornecedores		(812)	(3.384)	2.540
Contas a pagar a estabelecimentos		31.833	56.731	934
Obrigações por serviços de instituições de arranjo		2.937	(1.646)	3.752
Obrigações trabalhistas		(2.889)	(3.468)	(1.817)
Fiscais e previdenciárias		7.686	19.345	6.414
Outras contas a pagar		(1.627)	3.326	206
Impostos de renda e contribuição social pagos		(13.883)	(19.714)	(7.155)
Total de decréscimo/acréscimo nos ativos e passivos operacionais		**(70.897)**	**(36.593)**	**57.980**
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(47.370)**	**7.524**	**100.380**
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado de uso	9	(171)	(834)	(359)
Aquisição de intangível	10	(18.538)	(24.188)	(15.706)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		**(18.709)**	**(25.021)**	**(16.065)**
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Dividendos distribuídos e pagos	16.c	(30.297)	(30.297)	(18.234)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		**(30.297)**	**(30.297)**	**(18.234)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(96.375)**	**(47.794)**	**66.081**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do semestre/exercicio		196.760	148.179	82.098
No fim do semestre/exercício		100.385	100.385	148.179
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(96.375)**	**(47.794)**	**66.081**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Repom S.A. ("Companhia" ou "Repom"), sociedade anônima de capital fechado, iniciou suas operações em 1993 com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, 75, 18º andar, tendo como única acionista e controladora a Ticket Soluções HDFGT S.A., e ambas integram o Grupo Edenred, controlado pela Edenred Brasil Participações S.A.

A Companhia tem como objetivo a prestação de serviços no segmento de transportes rodoviários de cargas e logística, com atuação no controle e na gestão de logística, oferecendo soluções integradas para o controle e gerenciamento de todos os processos da cadeia de transportes rodoviários, otimizando as operações dessa cadeia como um todo.

A Companhia opera com uma ferramenta de gestão, controle e pagamentos aplicada à contratação de fretes e desenvolvida para melhorar a eficiência no controle das operações com frotas terceirizadas e agregadas, a qual permite acesso pela internet.

A Repom obteve em 30 de abril de 2019, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade de emissora de moeda eletrônica, concedida pelo Banco Central do Brasil - BACEN, conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – ("COSIF"), normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo BACEN:

- CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro | Resolução CMN nº 4.144/12.CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos | Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis | Resolução CMN nº 4.524/16.
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa | Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível | Resolução CMN nº 4.534/16.
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas | Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações | Resolução CMN nº 3.989/11.

- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento Subsequente | Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 27 – Ativo Imobilizado | Resolução CMN nº 4.535/16.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados | Resolução BCB nº 59/20.
- CPC 41 – Resultado por ação | Resolução BCB 02/20.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, as quais levam em consideração as normas e instruções do BACEN, quando aplicáveis, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como:

i) Valor justo de determinados ativos e passivos financeiros.

ii) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

iii) Prazo de vida útil do ativo imobilizado.

iv) Prazo de vida útil de ativos intangíveis.

v) Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de passivos contingentes.

vi) Reconhecimento de créditos tributários, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo estes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas, sendo estas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas.

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais (R$), sendo essa a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 09 de março 2022.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Disponibilidades

São representados por dinheiro em caixa, depósitos em instituições financeiras, aplicações em operações compromissadas, não estando sujeitos a um risco significante de mudança no seu valor justo. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

c) Instrumentos financeiros – Circular BACEN Nº 3.068/01

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Negociação: classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado.

- Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("*accrual*") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

- Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

  Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

  A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

  Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias "negociação" e "mantidos até o vencimento".

  Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ("hedge") ou não.

  Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam:

  (i) Altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato.

(ii) Considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza (circular BACEN nº 3.082/02):

- "Hedge" de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de "hedge" e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período.

- "Hedge" de fluxo de caixa – a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela não efetiva é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de "hedge" contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

d) Rendas a receber

São representados pelos valores a receber de clientes, que são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. São registradas também as provisões para créditos de liquidação duvidosa destes títulos, a qual é constituída considerando uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e a vencer, de acordo com os critérios de perda esperada.

e) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas é constituída com base em uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e a vencer, de acordo com os critérios de perda esperada.

f) Imobilizado de uso

Corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros destinados à manutenção das atividades da Companhia ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável dos ativos ("*impairment*"), quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada de uso para cada ativo, obedecendo as seguintes taxas anuais aplicadas: moveis e utensílios – 10%, veículos – 20%, máquinas e equipamentos – 10%, equipamentos de informática – 20%, instalações – 10%, benfeitorias em imóveis de terceiros – 20%, equipamento de telecomunicação – 10%.

g) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido pelo seu valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável ("*impairment*"). A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, considerando as seguintes taxas anuais aplicadas: gastos com desenvolvimento – 14,29% e software 20%.

h) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("*impairment*") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "*impairment*", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, os eventos identificados foram reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 conforme mencionado nas notas explicativas nº 9 e 10.

i) Depósitos

Os valores registrados na conta de depósitos, classificada no passivo circulante, são originados de recursos recebidos de terceiros a título de repasse para pagamento da Rede Credenciada. A Companhia atua como meio de pagamento no mercado de transportes, operando como agente de repasses, sendo registrado nessa conta apenas os movimentos operacionais de repasse, sem inclusão de taxas nem outro tipo de cobrança ou remuneração pelos serviços prestados; esses saldos são restritos às transações-fim e não podem ser utilizados para nenhum outro tipo de operação.

j) Transações de pagamento a liquidar

Os valores registrados na conta de recebimentos e pagamentos a liquidar referem-se a valores a pagar às instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento.

k) Outras obrigações

Os valores registrados no grupo de outras obrigações referem-se substancialmente a valores de contratos emitidos e transacionados disponíveis para serem repassadas para os postos credenciados, bem como antecipação de clientes a serem destinados aos respectivos fretes contratados. O grupo é composto também por contas a pagar para fornecedores, obrigações trabalhistas, dividendos a pagar, obrigações fiscais e previdenciárias e outros.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.

- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

- Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais pelas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

m) Obrigações fiscais correntes e diferidas

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.

- Diferidas: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A alíquota vigente para as operações é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre lucros tributáveis, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" diretamente no patrimônio líquido.

n) Benefícios a funcionários

Compreende o saldo referente ao benefício de pós emprego correspondente a extensão de plano médico, com elegibilidade à ex-funcionários da Repom, de acordo com a Lei 9.656/98, e observado os procedimentos estabelecidos no CPC 33.

o) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

p) Resultados não recorrentes

A Resolução BACEN nº 2/20, dispõe sobre a divulgação de resultados não recorrentes, sendo eles considerados os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição e; não estejam previstos para ocorrerem com frequência nos exercícios futuros.

Não foram identificados resultados não recorrentes auferidos no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia é composto pelos saldos conforme apresentado a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades:		
Em moeda nacional	6.169	2.684
Em moeda estrangeira (i)	114	35
Subtotal	6.283	2.719
Aplicações interfinanceiras de liquidez:		
Operações compromissadas-letras financeiras do tesouro (ii)	94.102	145.460
Subtotal	94.102	145.460
Total caixa e equivalentes de caixa	100.385	148.179

(i) Referem-se a valores disponíveis em dólar em conta bancária no exterior.

(ii) Referem-se a operações compromissadas lastreadas em letras financeiras do tesouro e está vinculado a garantia dos saldos de moeda eletrônica, conforme determinada pela Circular BACEN n° 3.705/14.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, os títulos e valores mobiliários foram classificados como "disponíveis para venda", composto pelos saldos apresentados abaixo:

a.1) Composição por classificação dos títulos e valores mobiliários

	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor do custo amortizado	Valor de mercado/ contábil	Valor do custo amortizado	Valor de mercado/ contábil
Disponível pra venda				
Carteira própria:				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (*)	18.037	18.037	40.441	40.441
Total	18.037	18.037	40.441	40.441

(*) Aplicações indexadas ao CDI, cuja remuneração foi de 98,5% até 111% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (70% até 111,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

a.2) Composição por vencimento

	31.12.2021			31.12.2020		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Disponível para venda						
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	558	17.479	18.037	8.739	31.702	40.441
Total	558	17.479	18.037	8.739	31.702	40.441

b) Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelos saldos apresentados abaixo:

b.1) Composição dos instrumentos financeiros derivativos

	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor do custo amortizado	Valor de mercado / contábil	Valor do custo amortizado	Valor de mercado / contábil
Instrumentos financeiros derivativos – "Swap"	350	(1.281)	4.030	6.238
Total	350	(1.281)	4.030	6.238

b.2) Composição por vencimento

	31.12.2021			31.12.2020		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Instrumentos financeiros derivativos						
"Swap"	-	(1.281)	(1.281)	6.238	-	6.238
Total	-	(1.281)	(1.281)	6.238	-	6.238

c) "Hedge"

As operações de derivativos da Repom têm como objetivo proteger e conter a volatilidade das aplicações financeiras que possuem taxas de juros indexadas ao percentual do CDI, através da estrutura de "*hedge accounting*", obtendo a previsibilidade do seu fluxo de caixa e rentabilidade ao contratar operações de "*swaps*" que resultam em troca de rentabilidade CDI por uma taxa prefixada, o que caracteriza o "*hedge*" de fluxo de caixa.

O quadro a seguir apresenta resumo da estrutura de "*hedge*" de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

31/12/2020

			Banco		Companhia		Efetividade
Banco	Vencimento	Valor de referência ("*notional*")	Indexador	Juros a.a.	Indexador	Diferencial a receber	
Itaú	01/10/2021	40.000	Prefixada	8,78%	CDI	6.238	100,00%

31/12/2021

			Banco		Companhia		Efetividade
Banco	Vencimento	Valor de referência ("*notional*")	Indexador	Juros a.a.	Indexador	Diferencial a pagar	
Itaú	02/10/2024	70.000	Prefixada	9,76%	CDI	(1.281)	100,00%

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Repom não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos classificados como "*hedge*" de risco de mercado.

6. RENDAS A RECEBER

São constituídas pelos valores a receber de curto prazo de clientes e rede credenciada relativos a prestações de serviço da Companhia, tais como: comissões sobre as operações de saque e frete, mensalidades, taxas relacionadas a cartões, tarifas bancárias, gestão de despesa e manutenção de serviços, bem como valores a receber referente a serviços prestados sobre as operações de pedágio eletrônico.

	31.12.2021	31.12.2020
Contas a receber de clientes	134.534	123.294
Total	134.534	123.294

O saldo da rubrica "rendas a receber" por idade de vencimento é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
A vencer	103.809	84.227
Vencidos:		
Até 30 dias	10.963	26.808
De 31 a 60 dias	4.652	1.606
De 61 a 90 dias	2.558	1.310
De 91 a 120 dias	1.169	1.089
De 121 a 180 dias	2.263	2.667
Acima de 180 dias	9.120	5.587
Total	134.534	123.294

7. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A Repom realiza a provisão para fazer face às perdas prováveis em valores relativos às transações operacionais. A movimentação para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está detalhada a seguir:

	31.12.2021
Saldo em 31.12.2020	5.386
Adições	1.529
Saldo em 30.06.2021	6.915
Adições	1.812
Reversões	(625)
Saldo em 30.12.2021	8.102

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL:

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	42.355	30.638
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	(14.400)	(10.417)
Efeito das adições/exclusões do período:		
Diferenças permanentes (i)	(1.935)	(253)
Despesa de IRPJ e CSLL	(16.335)	(10.670)

(i) As diferenças permanentes referem-se substancialmente as despesas com brindes, multas, patrocínio e ativação de despesas permanentes.

b) Movimentação do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos:

	31.12.2020	Movimentação	31.12.2021
Benefício fiscal sobre ágio de controladora incorporada	14.764	(4.921)	9.843
Provisões para riscos tributários e trabalhistas	783	493	1.276
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.831	923	2.754
Provisão para bônus e Participação nos Lucros e Resultados – PLR	702	(431)	271
Perdas ou ganhos não realizados com instrumentos financeiros derivativos - "swap"	-	554	555
Outras provisões	3.839	(2.037)	1.801
Total de crédito tributário de IR e CS – Ativo	21.919	(5.419)	16.500
Perdas ou ganhos não realizados com instrumentos financeiros derivativos - "swap"	(751)	751	-
Capitalização de custos com desenvolvimento de softwares	(8.974)	3.229	(5.745)
Total de crédito tributário de IR e CS – Passivo	(9.725)	3.980	(5.745)
Total de crédito tributário de IR e CS	12.194	(1.439)	10.755

c) Expectativa de realização dos ativos diferidos:

A Administração avaliou a realização dos ativos diferidos, conforme plano de negócios, e a expectativa é que o benefício seja inteiramente consumido, conforme demonstrado a seguir:

Ano	31.12.2021 Ativos diferidos	31.12.2020 Ativos diferidos
2021	-	7.899
2022	7.226	6.754
2023	5.636	5.414
2024 a 2027	3.638	1.852
Total	16.500	21.919

9. IMOBILIZADO DE USO

a) Composição do imobilizado

		31.12.2021			31.12.2020		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	10	498	(159)	339	606	(133)	473
Veículos	20	-	-	-	25	(25)	-
Máquinas e equipamentos	10	15	(5)	10	20	(4)	16
Equipamentos de informática	20	8.936	(6.757)	2.179	8.197	(5.812)	2.385
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	2.200	(1.384)	816	2.087	(895)	1.192
Equipamentos de telecomunicação	10	86	(26)	60	43	(29)	14
Total		11.735	(8.331)	3.404	10.978	(6.898)	4.080

b) Movimentação do imobilizado

	31.12.2021
Saldo em 31.12.2019	5.428
Adições	359
Baixas	(166)
Depreciação	(1.541)
Saldo em 31.12.2020	4.080
Adições	834
Baixas	(5)
Depreciação	(1.505)
Saldo em 31.12.2021	3.404

10. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

		31.12.2021			31.12.2020		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ativos intangíveis gerados internamente (*)	14,29	78.683	(30.932)	47.751	65.252	(26.322)	38.930
Software	20	12.768	(2.047)	10.721	6.264	(2.936)	3.328
Total		91.451	(32.979)	58.472	71.516	(29.258)	42.258

(*) Referem-se as horas de serviços de profissionais especializados em tecnologia necessárias para o desenvolvimento de novos softwares utilizados na operação da Companhia. A amortização dos gastos a partir da data de ativação é de sete anos, considerando o prazo de vida útil estimada da plataforma de tecnologia e a retenção desses clientes.

b) Movimentação do intangível

	31.12.2021
Saldo em 31.12.2019	39.904
Adições	15.706
Baixas (*)	(4.602)
Amortização	(8.750)
Saldo em 31.12.2020	42.258
Adições	24.188
Baixas (*)	(93)
Amortizações	(7.881)
Saldo em 31.12.2021	58.472

(*) Os testes de recuperação são realizados anualmente, no levantamento do balanço ou na existência de indicadores de perdas, conforme descrito na nota explicativa nº 3. Os eventos identificados foram registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no valor de R$93 (R$4.602 em 2020).

11. DEPÓSITOS

Referem-se a recursos recebidos de terceiros a título de repasse para pagamento de contratos dos clientes da Companhia. Estão apresentados conforme a tabela abaixo:

	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos	67.144	110.813
Total	67.144	110.813

12. TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO A LIQUIDAR

Referem-se a valores a pagar às instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento e estão apresentados conforme tabela abaixo:

	31.12.2021	31.12.2020
Transações de pagamento a liquidar	126.248	125.089
Total	126.248	125.089

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31.12.2021	31.12.2020
Contas a pagar a estabelecimentos (i)	73.820	17.089
Sociais e estatutárias – nota nº 16.c	13.392	18.970
Outras contas a pagar (ii)	12.325	8.996
Obrigações fiscais correntes	2.156	2.525
Obrigações trabalhistas	4.456	5.639
Fornecedores	3.804	7.188
Obrigações por serviços de instituições de arranjo (iii)	5.112	6.758
Total	115.065	67.165

(i) Referem-se, substancialmente, a valores de contratos emitidos e transacionados disponíveis para serem repassadas para os postos credenciados.

(ii) Referem-se substancialmente a saldos de fornecedores coligados, pagamento de títulos de parceiros e provisões diversas de pagamentos.

(iii) Referem-se a valores de transferências em processamento solicitadas pelos portadores dos cartões.

14. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos de natureza tributária e trabalhista. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e por seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação de eventuais perdas.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a movimentação do saldo das provisões para ações judiciais encontra-se demonstrado a seguir:

	31.12.2020	Constituição	Reversão	31.12.2021
Tributários (i)	2.142	500	(100)	2.542
Trabalhistas (ii)	159	-	(59)	100
Cíveis (ii)	-	7	(1)	6
Total	2.301	507	(160)	2.648

(i) Refere-se substancialmente às provisões constituídas para fazer frente a eventuais discussões judiciais relativas a matérias tributárias e trabalhistas para quais não há ações judiciais ou outros questionamentos ajuizados.

(ii) Correspondem às provisões representadas por ações de natureza cível e trabalhista, no qual há probabilidade de perdas prováveis segundo opinião dos assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo das ações judiciais com probabilidade de perda possível é de R$2.474 (R$2.329 em 31 de dezembro de 2020), sendo R$1.124 (R$1.184 em 31 de dezembro de 2020) relativas as ações judiciais de natureza trabalhista e R$1.157 (R$1.145 em 31 de dezembro de 2020) as ações judiciais de natureza cível e R$193 relativas as ações de natureza tributária (R$0 em 31 de dezembro de 2020).

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Com base na Resolução BACEN nº 59/20, a Companhia passou, a partir desse exercício, a elaborar semestralmente o estudo atuarial sobre a aplicação do CPC 33 – Benefícios a empregados, relativos a benefícios pós emprego de plano de saúde, que resultou no montante de provisão de R$1.041 em 31 de dezembro de 2021.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$27.897 (R$27.897 em 31 de dezembro de 2020) representados por 3.680.200 (3.680.200 em 31 de dezembro de 2020) ações no valor nominal de R$7,58 (R$7,58 em 31 de dezembro de 2020) cada uma, assim distribuídas:

	%	31.12.2021	31.12.2020
Ticket Soluções HDFGT S.A.	100	27.897	27.897
Total	100	27.897	27.897

b) Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social da Companhia. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar o prejuízo e aumentar o capital.

c) Dividendos

A Companhia deliberou por meio de Assembleia Geral Ordinária, em 30 de abril de 2021 a aprovação da distribuição de dividendos relativos ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$18.970.

Em 22 de dezembro de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia deliberou a distribuição de dividendos intermediários utilizando como data base o balanço levantado em 30 de junho de 2021 no montante de R$11.327.

A provisão de dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 à complemento dos dividendos distribuídos, conforme previsto com estatuto da Companhia foi de 95% do lucro líquido, menos as deduções previstas, no montante de R$13.392 (R$18.970 em 31 de dezembro de 2020).

d) Reserva de capital

O valor de R$48.261 registrado na rubrica "Reserva especial de ágio" é decorrente da incorporação reversa da sua então controladora indireta Ticket em 1º de dezembro de 2013, constituindo-se reserva especial de ágio, prevista no artigo 1º da Instrução nº 349/01 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, representativa do benefício fiscal relacionado à amortização do ágio. A parcela da reserva especial correspondente ao benefício fiscal auferido poderá ser, no fim de cada exercício social, capitalizada em proveito do acionista controlador, com a emissão de novas ações.

e) Outros resultados abrangentes

A movimentação da parcela efetiva da marcação a mercado no semestre dos instrumentos financeiros derivativos, classificados como "*hedge*" contábil de fluxo de caixa e o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais referente aos benefícios de longo prazo e pós emprego oferecidos pela Companhia estão demonstrados conforme tabela abaixo:

"Hedge" contábil de fluxo de caixa:

	Saldo Principal	Imposto de renda e contribuição social diferido	Saldo Líquido
Saldo em 31.12.2019	2.732	(929)	1.803
Movimentação	(523)	178	(345)
Saldo em 31.12.2020	2.209	(751)	1.458
Movimentação	(3.840)	1.306	(2.534)
Saldo em 31.12.2021	(1.631)	555	(1.076)

Benefícios a empregados:

	Saldo Principal	Imposto de renda e contribuição social diferido	Saldo Líquido
Saldo em 31.12.2020	-	-	-
Movimentação	603	(205)	398
Saldo em 31.12.2021	603	(205)	398

17. PARTES RELACIONADAS

Conforme definições do CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresa a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Repom manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

a) Saldos e transações:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldos Patrimoniais:		
Outras contas a receber:		
Ticket Soluções HDFGT S.A. (a)	60.199	98
Freto Log HES Ltda.	42	-
Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A.	39	
Ticket Serviços S.A.	37	
Freto Soluções e Tecnologia S.A.	22	-
Edenred Soluções de Pagamento HYLA S.A.	14	-
Total	60.353	98

(a) Refere-se substancialmente a operação de empréstimo com parte relacionada, concedido a controladora Ticket Soluções HDGTS S.A. no montante de R$60.000 e remuneração de 100% CDI + 2,3% ao ano, conforme deliberado em reunião do conselho de administração em 23 de dezembro de 2021. O saldo encontra-se contabilizado na rubrica de "outros valores a receber".

Outras contas a pagar:		
Ticket Serviços S.A.	(708)	(2.206)
Ticket Soluções HDFGT S.A.	(751)	(2.467)
Edenred Soluções de Pagamento HYLA S.A.	(9)	-
Freto Soluções e Tecnologia S.A.	(2)	-
Edenred Brasil Participações S.A.	(2)	(7)
Total	(1.472)	(4.680)

	31.12.2021	31.12.2020
Despesas com prestação de serviço:		
Ticket Serviços S.A. (i)	(1.372)	(1.952)
Despesas com compartilhamento de serviços:		
Ticket Serviços S.A. e Ticket Soluções HDFGT S.A. (ii)	(9.638)	(10.434)

(i) Referem-se ao fornecimento de benefícios (Ticket Refeição, Ticket Alimentação, Vale Transporte) aos funcionários da Repom.

(ii) Referem-se ao compartilhamento de serviços entre as empresas do Grupo Edenred.

b) Remuneração dos membros do conselho de administração e da diretoria

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi de R$992 (R$1.214 em 31 de dezembro de 2020). Esse valor foi registrado na rubrica "Despesa de pessoal" e inclui somente os benefícios de curto prazo.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas de prestação de serviços (i)	73.803	143.714	127.086
Receitas de intermediação financeira	6.538	10.260	7.808
Impostos sobre serviços	(7.102)	(13.822)	(9.153)
Total	73.239	140.152	125.741

(i) As receitas de prestação de serviços correspondem às receitas com clientes e estabelecimentos, provenientes do consumo do cartão Repom pelo portador nos postos credenciados, as taxas fixas mensais cobradas sobre manutenção de serviços e consumo dos cartões Repom, as tarifas sobre as operações de saque Mastercard e saque Visa, gestão de despesa, taxa de adesão, taxa de manutenção, mensalidade e gestão de TAG, taxa de inatividade e intermediação de negócios.

As receitas de intermediação financeira estão detalhadas a seguir:

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas de intermediação financeira			
Resultado com aplicações no mercado aberto	-	-	63
Resultado de títulos de renda fixa	11.676	13.939	5.064
Resultado com instrumento financeiro derivativo – "SWAP" Pré fixado x CDI	(5.138)	(3.679)	2.681
Total	6.538	10.260	7.808

19. DESPESAS POR NATUREZA

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais liquidas por natureza está demonstrado a seguir:

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Gastos com pessoal na prestação de serviço	(11.622)	(25.488)	(18.540)
Gastos com prestação de serviço	(11.363)	(18.531)	(12.790)
Outras despesas operacionais	(7.258)	(12.030)	(13.893)
Depreciação e amortização – notas nº 09 e 10	(4.877)	(9.386)	(10.291)
Despesas de materiais, propaganda e publicidade na prestação de serviço	(4.128)	(8.055)	(10.877)
Gastos com assessoria, consultoria e auditoria	(1.928)	(8.731)	(10.486)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa – nota nº 7	(1.187)	(2.716)	(2.227)
Outras despesas administrativas	(1.138)	(2.130)	(2.077)
Gastos com informática, comunicação e manutenção	(890)	(2.001)	(4.071)
Despesas com aluguéis	(566)	(1.311)	(1.143)
Despesas com locomoção	(398)	(591)	(839)
Perda na baixa de intangível – nota nº10	(98)	(98)	(4.768)
Despesas tributárias	-	(164)	(3.512)
Total	(45.453)	(91.232)	(95.514)

Classificadas como:

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Custo dos serviços prestados	(14.128)	(23.711)	(17.429)
Despesas de pessoal	(10.422)	(23.203)	(16.835)
Assessoria e representação	(1.928)	(8.731)	(11.885)
Depreciação e amortização	(4.877)	(9.386)	(10.291)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.187)	(2.716)	(2.227)
Participações estatutárias no lucro	(1.200)	(2.285)	(1.705)
Outras despesas administrativas	(2.926)	(6.026)	(14.232)
Outras despesas operacionais	(8.785)	(15.174)	(20.910)
Total	(45.453)	(91.232)	(95.514)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas financeiras (i)	427	2.423	6.902
Despesas financeiras (ii)	(5.118)	(8.988)	(6.491)
Resultado financeiro	(4.691)	(6.565)	411

(i) Referem-se substancialmente a receitas sobre saldo remanescente dos cartões.

(ii) Referem-se as substancialmente a despesas com tarifas bancárias diversas e taxa sobre garantias das operações junto as bandeiras Mastercard e Visa.

21. LUCRO POR AÇÃO

A Companhia possui apenas ações ordinárias. A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ações ou com característica de patrimônio líquido, portanto o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

O lucro por ação, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, está demonstrado a seguir:

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido	14.693	26.020	19.968
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares) utilizadas na apuração do lucro por ação	3.680	3.680	3.680
Lucro por ação - - R$	3,99	7,07	5,43

22. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Circular BACEN nº 3.681/2013, a Repom, adota uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados, mitigados.

A Repom possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

a) Risco operacional

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, o risco e a complexidade de suas operações, com base em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a Companhia, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

A Companhia gerencia o risco de liquidez, sendo os investimentos efetuados em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos.

Mais informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Repom podem ser encontradas no documento publicado em nosso site (https://www1.repom.com.br/wp-content/uploads/2020/08/Estrutura-do-Risco-de-Liquidez-Repom-2020.pdf).

Risco cambial

A Companhia não está direta e significativamente exposta ao risco cambial, pois todos os seus ativos e passivos são denominados em reais.

"*Hedge*" de fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui estrutura de "*hedge*" contábil de fluxo de caixa, com o objetivo de compensar riscos decorrentes da exposição a variação de taxa de juros de suas aplicações financeiras registradas na rubrica de "Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos".

Para estruturar a operação, a Companhia contratou um instrumento financeiro derivativo de "*swap*" junto ao Banco Itaú S.A., no valor de referência de R$70.000, com vencimento em 02 de outubro de 2024, substituindo a taxa variável pela taxa fixa anual.

O "*swap*" foi considerado de nível 2 para o cálculo de valor justo, mensurado com base nos preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.

c) Gerenciamento de capital

De acordo com a Circular nº 3.681/13, as instituições de pagamento emissoras de moeda eletrônica estão obrigadas a manter, permanentemente, Patrimônio Líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém o capital mínimo regulatório exigido.

d) Garantias concedidas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha contratada uma operação de garantia internacional como aval da Edenred S.A., no valor de US$15.000, tendo como beneficiária a Mastercard Intl. Incorp. NY.

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Sociais e estatutárias (*)	13.392	18.970

(*) referem-se a provisão de dividendos mínimos obrigatórios conforme previsto no estatuto social da Companhia.

DOUGLAS ALMEIDA PINA:58207481668
Assinado de forma digital por DOUGLAS ALMEIDA PINA:58207481668
Dados: 2022.03.16 18:53:06 -03'00'

Douglas Almeida Pina
Diretor presidente

VIVIANE PAMPIN RODRIGUEZ:03743566702
Assinado de forma digital por VIVIANE PAMPIN RODRIGUEZ:03743566702
Dados: 2022.03.15 17:51:30 -03'00'

Viviane Pampin Rodriguez
Diretora Financeira

ADRIANA RODRIGUES CHAVES:12659173885
Digitally signed by ADRIANA RODRIGUES CHAVES:12659173885
Date: 2022.03.15 18:08:54 -03'00'

Adriana Rodrigues Chaves
Contadora CRC-1SP 260030/O-0